



SERVIÇO SOCIAL E ACESSIBILIDADE AO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE

SOCIAL SERVICE AND ACCESSIBILITY TO THE CARRIER OF SPECIAL NEEDS IN THE REGION CARIRI CEARENSE

NUNES^a, Antony Frank Alves; COSTA^a, Thayne Fiuza Sátiro; SILVA^a, Fernanda mendes Bezerra;
SANTOS^a, Crislaine Batista; LEITE^a, Cecília Bezerra

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO^a

Recebido em: 18/03/2016; Aceito: 20/04/2016; Publicado: 29/07/2016

Resumo

O artigo discute as relações entre Serviço Social e acessibilidade ao deficiente físico, no contexto do cotidiano do Assistente Social no âmbito da região sul do Ceará em que está concentrada a segunda maior concentração destes profissionais no contexto do referido Estado. Destaca as mudanças ocorridas na política nacional da acessibilidade ao deficiente físico, no horizonte de construção de uma nova ordem societária, sem desigualdades e preconceitos. Aponta, finalmente alguns desafios que surgiram na atual conjuntura, no sentido de superar o conservadorismo político, abrindo-se os olhos para esta incipiente demanda social, a qual requer do profissional de assistência social aprimoramento de sua formação profissional e desprendimentos.

Palavras-chave: Acessibilidade, Inclusão, Serviço Social e Deficiente Físico

Abstract

This article discusses the relationship between social work and physical accessibility to the poor in the context of the social worker routine in the framework of southern Ceará region where is concentrated profunda highest concentration of these professionals in the context of that State. Highlights the changes in the national policy of accessibility to the handicapped, the horizon of building a new social order without inequalities and prejudices. Points out, finally some challenges that emerged at this juncture, to overcome the political conservatism, opening their eyes to this incipient social demand, which requires the social welfare of professional improvement of their professional training.

Keywords: accessibility, inclusion, social service and handicapped

* **Autor Correspondente:**

Antony Frank Alves Nunes. Centro Universitário Dr. Leão Sampaio- UNILEÃO.

INTRODUÇÃO

A Região do Cariri, no Estado do Ceará, atualmente encontra-se em destaque na oferta de formação em Serviço Social e já possui o segundo maior número de Assistentes Sociais do referido estado. Todos os anos, nesta região, são lançados novos profissionais para disputarem os diferentes espaços de trabalho que esta profissão oferece. Portanto, é oportuno e justificável discutir a respeito de suas demandas, priorizando a melhoria de seu atendimento para com os usuários que a justificam.

O deficiente físico é uma realidade para a qual o Assistente Social não pode fechar os olhos. É sabido que, somente nesta região existem mais de cinco mil deficientes físicos, a segunda maior população de pessoas com necessidades especiais do estado. Entre eles, alguns que requerem atendimento especializado como o surdo, o cego e os deficientes mentais. No entanto, nota-se que a referida região apresenta déficit de pessoas preparadas para este atendimento.

A fundamentação de teor marxista mostra que a deficiência física já é bem conhecida no contexto do cotidiano da sociedade brasileira, e que ao longo do século XX avançou na direção da inclusão do deficiente. Contudo, não está se falando apenas das entradas de prédios, saídas de locais públicos, praças ou canteiros. Na oportunidade se coloca a prioridade do atendimento aos que não conseguem se comunicar pela voz, como também aqueles que não enxergam e que, em sua grande e expressiva maioria, pobres, e ou semianalfabetos, que procuram constantemente a assistência social na busca pela efetivação de seus direitos.

O que oportuniza a presente pesquisa aqui apresentada é a carência de investigação acadêmica em tal problemática, cuja visitação do discente aos aparelhos de assistência, da região cariri se fez necessária a este esboço, para o qual se fez a realização deste estudo de caso, comutando-se apenas três questionamentos informais aos seus representantes, elencadas da seguinte forma: Quantos assistentes sociais sabiam se comunicar em libras, quantos assistentes conheciam o Braille e quantos assistentes sabiam lidar com o

deficiente mental?

Portanto, o fechamento do trabalho abraça oportunas considerações que abrangem uma forma de denuncia em que se pensam em melhorias nos mecanismos de inclusão e acesso, na promoção do atendimento ao deficiente físico na região caririense, dotando o Serviço Social de ferramentas mais promissoras na luta pela redução de desigualdades para com esta minoria, promovendo-se com isto, aumentar o respeito e cidadania popular na construção de uma nova sociedade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Lógica da Exclusão e Inclusão no Contexto Econômico e Social do Estado capitalista contemporâneo

Deve-se oferecer a esta geração, a explicação das expressões da questão social em uma visão mais dinâmica da sociedade atual, como um conjunto de fundamentos que explicam um silogismo categórico de ideias que conduzem a uma afirmativa indutiva em que se negará a inclusão do todo. Ora, se o capitalismo promove a exclusão de uma classe, e se a política de um país é capitalista, logo, este país será socialmente dividido. Portanto, em um Estado capitalista nega-se que o todo tenha acesso aos meios sociais de realização econômica e social proporcionando o contraste entre os mais favorecidos e os menos favorecidos, em face: burguesia e trabalhador assumem seus papéis na construção histórica e social no mundo capitalista.

Nesta afirmativa de que o capitalismo exclui o ordenamento da sociedade irá descrever também que, este fenômeno pode ser explicado para além de sua forma denotativa em que se impõem causas sobrenaturais, ou seja, de uma forma conotada e idealizada sobre os pressupostos lógicos da economia de mercado pautadas na força do destino ou do chamado -karmal. O significado da exclusão está ainda mais desmistificado através da literatura Marxiana da realidade, que serve, entre outras finalidades teóricas, para entendimento da luta de classes sociais a partir de sua dialética, contrapondo-se às teologias de que os homens abastados nascem predispostos a dominar por

imposição divina. Com isso, as classes trabalhadora e burguesa estão sempre se embatendo em uma guerra política e ideológica de dominação e libertação que segundo MARX é fruto do confronto político inversamente proporcional que a sustenta.

No contexto econômico e social no estado capitalismo a dinâmica do espaço, do tempo e da realidade em que se processa o mercado e a economia é pautado pelo chamado estado neoliberal, entendido como o conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defendem a não participação do estado no contexto da economia excluindo minorias para proveito econômico, a seguir vê-se esta dinâmica no contexto temporal do Neoliberalismo;

[...]A produção econômica e a estrutura social que necessariamente decorre dela constituem em cada época histórica a base da história política e intelectual dessa época ; que, por conseguinte (desde a dissolução do regime primitivo da propriedade comum da terra), toda a História tem sido uma história de lutas de classes, de lutas entre as classes exploradas e as classes exploradoras, entre as classes dominantes e as dominadas, nos diferentes estágios do desenvolvimento social.(ENGELS, p.15)

Entretanto, para sua consolidação econômica e ideológica, deve-se portanto, haver neste espaço -político e ideológico total liberdade (jurídica) de comércio, garantindo o crescimento e aceitação com fulcro no desenvolvimento social de um país. Esta vertente econômica apoiada por leis comerciais iniciou-se nos anos de 1970 através da influencia da Escola Monetarista do economista Milton Friedman, como uma solução para a crise que atingiu a economia mundial em 1973, provocada pelo aumento excessivo no preço do petróleo.(Friedrich Hayek).

Nesta diminuição e precarização do mercado de trabalho não cabe oportunizar o

conceito de sorte, pois são os próprios mercados que ditam a -sortel de seus governados, distanciando-se da naturalidade para a qual se ofereça explicar esta vertente. Com isso, verifica-se que os homens é são os autores de seus próprios dilemas, já que:

[...]Os mesmos homens(em sociedade) que estabelecem as relações sociais de acordo com a sua produtividade material(trabalho), produzem também os princípios, as idéias, as categorias,(para dominarem uns aos outros) conforme as suas relações sociais.(MARX,p.122).(grifos nossos)

É oportuno afirmar em baixo léxico que -se já está difícil para os não-deficientes, imagine-se para os que possuem necessidades especiais l, mesmo apesar de o estado brasileiro haver conduzido melhorias sociais com formação tardia de leis de assistência, nas quais promoveram-se acessibilidade do deficiente físico, somente a partir de 1988 após a Constituição, o legislador começou a esboçar esforços para a aprovação de novos institutos jurídicos que impusessem a introdução da pessoa com necessidade especial ao trabalho.

Nesta tentativa de inclusão da pessoa deficiente no mercado de trabalho o Estado brasileiro vem impondo empresas com mais de 100 (cem) funcionários a disporem de cotas para a minoria deficiente, cujo posto de trabalho ainda deveria ser compatível com a necessidade da qual o candidato fosse portador. Não é de se imaginar que os empresários, que somente pensam em produtividade, desgostassem de tal imposição, tendo em vista a mobilidade prática e adequação necessárias ao deficiente físico, onerando-se a demanda..

A transferência de responsabilidades é um dos pressupostos do estado capitalista neoliberal, cuja ideia é o desprendimento da responsabilidade que a si pertence, que pode-se apontar entre os fatores de uma dialética na acessibilidade atual, já que a previsão constitucional idealiza a demanda ao governante estatal em contraposição ao que se imagina de

direito. É neste sentido que se admite que, o estado brasileiro entrou em falência, dando margem a adoção do modelo neoliberal, que preconiza um estado mínimo para o social, alterando profundamente a relação entre o mesmo e a sociedade, com a primazia do mercado. (SILVA, 2007. p.54)

Entretanto, as brechas jurídicas existam em todos os ordenamentos e elas são aproveitadas para diminuir esta relação estado-sociedade frisado pela autora e desta via e nesta linha de pensamento lógico da qual o estado seria responsável imediato em questões das quais não se deverá impor a sociedade civil a responsabilização pelo cuidado com os menos desprovidos. Entender o sistema de neoliberalismo é de suma importância, como também, a todas as características básicas de sua conjuntura, que, em suma, apontam para a individualização do estado, dessa forma que a supremacia do indivíduo e dos interesses privados se dá sobre a ótica do conservadorismo, apesar do discurso da modernidade, em que o portador de necessidades especiais passa a imagem de cocorrer ao mercado de trabalho com plena chance em relação aos que não portam necessidades especiais. (SILVA, 2007. P. 55).

Serviço Social, acessibilidade e Educação Superior no Brasil

O acesso a instituições de ensino superior assim como todos os espaços públicos concorrem através do Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001 (DOU 9/10/2001), que Promulga a Convenção Interamericana para a – Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência e a Leis Federais números 10.048 e 10.098 de 2000 que estabeleceram normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, temporária ou definitivamente, é que nos lembra a cartilha CREAS/SC .

Registre-se neste relato, que a educação poderá ser uma das maiores portas para acesso das minorias ao consumo neste sistema econômico a fim de quebrar esta lógica. A lei 1048/2000 trata de atendimento prioritário e de acessibilidade nos meios de transportes e inova

ao introduzir penalidades ao seu descumprimento; e a 1098/2000 subdivide o assunto em acessibilidade ao meio físico, ao transporte, a comunicação e informação e em ajudas técnicas. Em seu sentido amplo, esta acessibilidade legalizada não quer dizer apenas aberturas de portas, portões e banheiros aos deficientes físicos, requer também, no caso do deficiente surdo, que haja formação com LIBRAS para incluir no formando a acessibilidade no atender ao surdo, como também os conhecimentos em BRAILLE, tão necessários ao cego.

É cabível de registro que, entre as matrizes curriculares brasileiras, apenas a de magistério através do Dec. 5626/2005 que obriga a inclusão de Libras em sua grade curricular, o que seria uma exigência para o atendimento de minorias. Também é preciso salutar que o Brasil é um dos países com maior população de deficientes do planeta e o Estado do Ceará, o maior no Nordeste, que segundo o IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que apontou no Censo/2010, abriga mais de 500.000(quinhentos mil surdos).

Para tanto, incluir ensino especializado para o conhecimento, atendimento técnico e especializado a pessoa deficiente deveria ser pensado de forma mais apreensiva, ainda que nos moldes do neoliberalismo, pois a maioria dos atendimentos em aparelhos de quebra de vínculos e direitos se refere em sua parte técnica, ao atendimento de minorias como: deficientes, idosos e ou marginalizados.

No entanto até mesmo a própria educação é controlada no neoliberalismo, isto ocorre em função de controle para não consciência de classe de modo que seja negado o conhecimento capaz de promover o descontrole nos mecanismos de produção e consumo, advindo portanto, a diminuição de exploração, de alienação e aumento da reivindicação por mudanças, vimos que;

A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o

pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emancipação direta de seu comportamento material. (MARX, p.27)

A educação, que segundo Paulo Freire é pressuposto de liberdade, com ela pretende-se lograr conhecimento e habilidades que transformem o ser humano. No entanto, a falta dela transforma o homem em um ser inútil. Diante da premissa, o virago acrescenta que não se pode transformar a sociedade sem a mesma. Com isso, o pensamento em limitar a educação para a consciência mantém e consolida a dominação, apoia e ratifica a exclusão da classe menos instruída.

Distante do pensamento inovador através da oferta de educação, o direito de acesso no Brasil atual, assim como em toda e qualquer sociedade capitalista, vive através de seus tempos pequenas evoluções e ainda se comporta como um instituto que pouco funciona, já que, além da educação, requer a conscientização. A este argumento negativo da falta de consciência, apesar de o ordenamento jurídico largar em uma corrida ultrapassada por anos de descaso, supõe que uma considerável evolução não-prática avance para conquistar a acessibilidade através da força, basta lembrar o artigo constitucional de 1988, que introduz a acessibilidade como um direito de todos e ao mesmo tempo não é cumprido em íntegra como deveria sê-la.

Serviço Social e acessibilidade ao Deficiente Físico na região do Cariri.

Neste tópico, atualiza-se a leitura no cotidiano regional para apurar o conhecimento a respeito da exclusão de minorias sociais no cariri. Em face, os portadores de necessidades especiais em sua luta por espaço, o atendimento ofertado nos aparelhos de assistência social, sob vista da realidade e da complexidade do capitalismo monopolista. Investiga situações, tece considerações cabíveis ao momento, induz e reproduz conhecimentos nesta via de fatos.

Iniciando, dê-se como exemplo, que em 2014, durante as eleições no país e no estado do Ceará, a propaganda eleitoral obrigatória através da TV, que em horário nobre, exibia

propostas de candidatos e pedia-se votos. No entanto, há de se estranhar que dos mais de 200 (duzentos programas) de candidatos diferentes, apenas um exibia um interprete de libras no canto da tela. Presume-se que quase nenhum sabia que somente o Estado do Ceará possui mais de quinhentos mil surdos aptos a votar e segundo o IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é o estado nordestino com maior número de surdos. Ou seja, intui-se que, para a maioria dos candidatos, houve quinhentos mil votos esquecidos.

Por outro lado, deve ressaltar-se que alguém com maior grau de estudo não trabalhe em esteiras de fabrica, mas seja conduzido, além de outros postos elevados, a locais de dominação e consolidação do sistema, ou seja, lugares que vão desde a gerencia controladora da mão-de-obra até órgãos governamentais de estado que viabilizam leis em prol do sistema econômico, cuja finalidade de manter-se mediações para uma relação inversamente proporcional isto porque,

[...]Na medida em que o trabalho se desenvolva socialmente, convertendo-se assim em fonte de riqueza e de cultura, desenvolvem-se também a pobreza e o desamparo do operário, e a riqueza e a cultura dos que não trabalham'. Essa é a lei de toda a história até hoje. (MARX.apud)

Portanto, numa visão menos eufórica da luta de classe e de seu fechamento, a viabilização da consciência de classe através da educação traria consigo menos exclusão, embora em confronto com o capitalismo modernizado através do neoliberalismo, melhoraria, portanto, a sociedade, já que a própria pessoa deficiente poderia se incluir no mercado de trabalho através do conhecimento, reduzindo a disparidade de sua limitação. No entanto, elevar-se em conhecimento para promover a exclusão através da intelectualidade não devem ser preceitos humanos, mas de animais sem consciência.

O Decreto 6949 de 25 de agosto de 2009 foi um dos impulsos ao governo brasileiro que, naquele momento, acolhia a pressão internacional feita após a Convenção

Internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência que ocorreu em Nova York em 30 de março de 2007, e cobrada em âmbito local pela luta das associações de deficientes por todo o país.

As medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade. (Dec 6949/2009). Acentuam a história de exclusão e inclusão dos deficientes físicos em Crato, pode se dizer, entretanto que esta luta é norteadada por diversas batalhas e desafios políticos, principalmente após o ano de 1988, data em que se celebrou a promulgação da última Constituição aprovada no país e norteadou as várias guerras desta categoria e por conseguintes as conquistas que foram se efetivando a partir da constante data.

É imprescindível que se reflita a necessidade de inclusão no Brasil e para isso requer esforços do estado e da sociedade na luta pelo preconceito para com a pessoa deficiente, com isso podemos acentuar que:

[...] —no Brasil, praticamente inexistente uma reflexão mais aprofundada sobre o dever institucional de contribuir para a acessibilidade da informação às pessoas de deficiência. É importante ressaltar que, segundo o censo de 2000 do IBGE, 24,5 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência (14,5% dos brasileiros). Schweitzer (2007),

É importante informar que o Censo de 2010 apontou um aumento, saltando de 14 (quatorze) de para quase 20%(vinte por cento) e isto demandou do Profissional de Assistência se adequar ao seu público habitual, já que a maioria é pauperizada e requerem serviços assistenciais.

Neste sentido, é cabível conhecer os principais anseios da referida minoria, É imprescindível que se reflita a necessidade de inclusão no Brasil e para isso requer esforços do estado e da sociedade na luta pelo preconceito para com a pessoa deficiente, com isso podemos acentuar que:

[...] —no Brasil, praticamente inexistente uma reflexão mais aprofundada sobre o dever institucional de contribuir para a acessibilidade da informação às pessoas de deficiência. É importante ressaltar que, segundo o censo de 2000 do IBGE, 24,5 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência (14,5% dos brasileiros). Schweitzer (2007),

É importante informar que o Censo de 2010 apontou um aumento, saltando de 14 (quatorze) de para quase 20%(vinte por cento) e isto demandou do Profissional de Assistência se adequar ao seu público habitual, já que a maioria é pauperizada e requerem serviços assistenciais.

Vê-se na Região caririense, que, em visita a três sedes de secretarias em face as cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Nova Olinda, Carriáçu e Jardim perguntou-se aos gestores, ou a representantes de gestores, quantos Assistentes Sociais possuíam proficiência em Libras, obtendo-se zero como resposta. Diminuindo-se a um discurso de valores menores ao atendimento do usuário, e a fim de se conhecer entre os profissionais de Serviço Social, se havia algum que fosse considerado, pelo menos, apto ao atendimento da pessoa surda, ou seja, que soubesse se comunicar em Libras, foi descoberto que, haveria apenas um na região do cariri. O que a lei Federal 10.048, de 8 de novembro de 2000, regulamentada pelo Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004, e o que diz sobre a necessidade instituição pública possuir interpretes de Libras:

Art. 6º O atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas de que trata o art. 5º.
§ 1º O tratamento diferenciado inclui, dentre outros: III - serviços de atendimento para pessoas

com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - **LIBRAS** e no trato com aquelas que não se comuniquem **em LIBRAS**, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento; IV – pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas; V – disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;(NBR 9050/MC)

O Assistente Social, em suma, a profissão que cuida do trato com as minorias, principalmente nos aparelhos de assistência social ao qual a classe surda recorre. Imagine-se um surdo chegando a um CRAS ou outro aparelho de Assistência e não haver quem se comunique com ele. Segundo Galvão, sendo a Assistência Social um campo dos direitos sociais:

[...] Constitui uma política estratégica voltada para a oferta de um padrão básico de vida a determinados segmentos da população. Visa à prevenção ou à superação de diferentes formas de exclusão e à garantia de padrões de cidadania e qualidade de vida. (GALVÃO, 2003, p. 2).

No desenrolar, questionava-se também, de forma clara e concisa, quantos profissionais de Serviço Social estariam aptos em Braille, e que pelo menos pudessem conduzir uma pessoa cega, a leitura de um único símbolo. Descobriu-se que, na região do cariri, sul do Ceará, não havia em 2015, nenhum Assistente Social com tal conhecimento nos quadros regionais.

Novamente, insistiu-se neste estudo de caso, em si conhecer quantos Assistentes sabiam atender pessoa com problemas mentais, e foram indicados apenas um ou dois para cada entidade gestora, lotados apenas em Centros de Atendimento psicossociais municipais.

METODOLOGIA

O materialismo histórico dialético norteia o presente estudo, iniciado na pesquisa bibliográfica, culminando em pesquisa documental, descritiva, exploratória que pode enumerar diversos autores, em suma a bibliografia sobre o problema é uma ferramenta bastante eficiente para uma posterior explicação de um fato que vem se repedindo e necessita de uma análise mais profunda.

O local da pesquisa foi os núcleos de secretarias de Assistência Social da Região do Cariri, sem escolha de entrevistado, tomando-se apenas a resposta direta, sem elencar ninguém, e confirmando a veracidade documental através do portal da transparência, que identifica servidores concursados, contratados e suas funções respectivas, como também visita aos mesmos locais públicos para norteio de ideias para a pesquisa.

Apenas três questionamentos foram realizadas, de forma direta e informal, preconizando-se uma resposta técnica, desprovida de comentários. Apenas sim ou não.

No caso, esta análise é tendenciada pela estrutura teórica e o se embasamento sobre as demais pesquisas realizadas e debruçadas em explicar tal problema. Para o serviço social, a pesquisa qualitativa é necessária ao aprimoramento e evolução de métodos para a compreensão das ferramentas de trabalho (RICHARDSON,2008), já que é oportuno em apontar fatos na luta de classes presentes no cotidiano do local estudado. Em face, a região do cariri. O objeto da pesquisa idealiza-se no conhecimento da promoção de acessibilidade ara portadores de necessidades especiais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do cariri, pode ser considerada como referencia para o Serviço Social, já que possui excelentes oportunidades de formação nesta área de conhecimento,

formando bons profissionais para o atendimento de usuários, e que possui possibilidades de crescimento, principalmente nesta área. Nesta área, vislumbra-se as melhorias idealizadas e postas em prática em prol da acessibilidade neste território, sempre cabíveis de melhorias e opiniões construtivas capazes de produzir ou reproduzir mecanismos de acesso e cidadania a todos, de igual forma, extinguindo-se preconceitos e descasos para com as minorias sociais, promovendo-se cidadania.

Coloque-se o Assistente Social na vanguarda desta luta em prol da pessoa com necessidade especial, que se faz presente em suas demandas, oportunizando com ela a capacitação e a profissionalização de métodos de atendimento em que se possibilitem a contribuição e a cooperação de todos na construção de um país melhor e mais justo. Considerando-se entretanto, que o atendimento da pessoa surda, ou cega, requer pequenas mudanças na grade curricular do Serviço Social, incluindo-se LIBRAS e BRAILLE como disciplinas obrigatórias, assim como obriga-se nos espaços educativos, a construção de rampas, banheiros e subidas de acesso que acusam receber pessoas com necessidades especiais em seu corpo discente.

Pondere-se, para tanto, que uma sociedade jamais será considerada justa enquanto houver a inclusão de minorias aos espaços sociais, quer seja através da porta ou da saída, mas também da comunicação a qual tal pessoa possui o direito, constantemente negado, e que já está, sem dúvida, se naturalizando em nossa sociedade. Dessa forma, o Serviço Social possuindo ferramentas teóricas, práticas e metodológicas deve usá-las para promover a inclusão de todos e a diminuição de preconceitos, dando oportunidades aos portadores de necessidades especiais de si sentirem inclusos, respeitados e aceitos em meio a esta sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 — Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

_____. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-Senado Federal, Centro Gráfico,

1988.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Justiça. Secretária Nacional dos Direitos Humanos. Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2. ed., Brasília: CORDE, 1997.

MARX, Karl. -A Metafísica da Economia Política in *Miséria da Filosofia*. Lisboa: Estampa, 1978, p. 122.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. Op.cit, p. 191.

MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. Disponível pelo site www.marxists.org acesso em 16/5/2015.

RICHARDSON, R J. Pesquisa social: uma análise no Serviço social. 3 ed. São Paulo. Atlas, 2008.

SILVA e SILVA, M.O . O Serviço Social e o Popular, editora Cortez, São Paulo, 2007. p.44

PESTANO, Cíntia Ribes e REIS, Carlos Nelson. A especificidade da Assistência Social: algumas notas reflexivas. Revista Virtual Textos e Contextos, nº 5, ano V, nov.2008

SPINDEL, Arnaldo. O que Socialismo. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 31

SPOSATI, A. O. (Coord). A Assistência Social no Brasil 1983-1990. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Epopéia Ignorada – A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje, Otto Marques da, 1987.

SEESP. Cartilha, deficiente auditivo. São

Paulo. MEC, 2007.

SCHWEITZER, F. A sociedade e a informação para os deficientes visuais: relato de pesquisa. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 273-285, jul.-dez. 2007.